

A questão ambiental em laticínios sul mineiros: uma análise sob a ótica da teoria das representações sociais

Autoria: Carla Regina de Sousa, Robson Amâncio, Mozar José de Brito

Resumo: Este trabalho tratou da questão ambiental, sob uma perspectiva ética e comportamental. Realizou-se um estudo multicaso em dois laticínios do sul de Minas Gerais, visando desvendar as representações sociais da questão ambiental, no âmbito global, setorial e cotidiano, dos dirigentes e funcionários de ambos, a partir de observação não-participante, entrevistas semi-estruturadas e posterior análise dos discursos. Notou-se, entre os gestores do laticínio A, a presença do “reducionismo mercadológico” e entre os funcionários, representações tecnicistas, originadas dos processos de sensibilização recebidos. Isto é refletido no âmbito do cotidiano, onde se encontraram representações externas, ou seja, a não incorporação das informações recebidas no âmbito global na realidade cotidiana das pessoas. No laticínio B, as falas dos gestores e funcionários revelaram uma forte insatisfação com a legislação. Viu-se assim que a presença de uma estação de tratamento de efluentes (ETE) não gera a total incorporação da questão ambiental tanto no âmbito organizacional quanto no cotidiano dos membros da empresa.

1) Introdução

Partindo-se da noção de que a essência da “questão ambiental” incorpora as relações do ser humano com o meio natural e social ao seu redor, muitas discussões e pesquisas vêm sendo feitas, no sentido de aprofundar o entendimento em torno deste tema que diz respeito à própria sobrevivência da humanidade e do planeta como um todo.

Diante disto, este artigo vem com o propósito de analisar as representações sociais deste objeto – a questão ambiental em realidades industriais. Foram escolhidos, como casos, dois laticínios do sul de Minas Gerais, considerando a crescente rigidez da legislação reguladora desta atividade. Dentre outras exigências, a instalação de estações de tratamento dos efluentes líquidos e a adequada destinação do soro lácteo, resultantes dos processos industriais, têm forçado a incorporação da questão ambiental nas realidades organizacionais.

Tal situação despertou o interesse para a análise de qual é o significado que os membros destas empresas dão à questão ambiental, nos âmbitos global, setorial e cotidiano. Buscou-se, especialmente, verificar como a presença de uma estação de tratamento de efluentes e a presença ou ausência de discussões de cunho ambiental na realidade organizacional, influenciam na construção das representações sociais de meio ambiente.

2) A Teoria das Representações Sociais: uma alternativa teórico-metodológica na busca do conhecimento produzido no cotidiano sobre a questão ambiental

As representações sociais aqui foram consideradas e analisadas como um fenômeno, relacionado por sua vez a um modo particular de compreender e de se comunicar. Neste sentido, elas são entendidas como categorias de pensamento que explicam, justificam ou questionam a realidade em que surgiram. Manifestam-se em palavras, sentimentos e condutas, além da possibilidade de serem analisadas por meio da compreensão das estruturas e comportamentos sociais, devido ao fato de institucionalizarem-se. A realidade vivida é também representada e por meio dela os atores sociais movem-se, constroem sua vida, explicando-a conforme seu estoque de conhecimentos (Minayo, 1995; Guareschi, 1996).

Wagner (1995) completa que ao mesmo tempo em que são concebidas como um processo social que envolve comunicação e discursos, onde significados e objetos sociais são construídos

e elaborados, por outro lado as representações sociais são estruturas individuais de conhecimento, símbolos e afetos das pessoas inseridas em grupos ou sociedades. Assim, elas aparecem como um fenômeno, cujo estudo é imprescindível, pois pode explicar ou fazer compreender, de um modo global e coerente, as razões pelas quais as pessoas fazem o que realmente fazem.

Minayo (1995) e Jovchelovitch (1995) afirmam que a linguagem oferece meios para a compreensão das representações sociais, já que estas se manifestam também nas palavras; os processos que as engendram estão presentes em práticas de comunicação, como o diálogo e o discurso. Por esse motivo, no processo de análise das representações sociais não é o indivíduo isolado que é tomado em consideração, mas a exteriorização de suas manifestações na realidade social em que está inserido (Spink, 1995). As condições concretas em que os sujeitos sociais se encontram são o espaço para as experiências dentro das quais novos saberes podem ser construídos e internalizados juntamente a um estoque prévio do senso comum (Wagner, 1995).

3) O meio ambiente como uma representação social

Tendo como referência Coimbra (1985: 21), meio ambiente pode ser entendido como um *“conjunto amplo de realidades físicas em que os indivíduos e as comunidades estão imersos”*. Pizza Júnior (1991), por sua vez, define o meio ambiente como tudo o que circunda, como a integração de tudo o que constitui o planeta, ou seja, as coisas, pessoas e seres de todo o tipo.

Reigota (2001), ao dialogar com algumas definições científicas sobre meio ambiente, vindas de ecólogos, geógrafos, psicólogos, entre outros, conclui que as definições encontradas indicam a ausência de um consenso sobre meio ambiente no meio científico, o que o leva a inferir que o mesmo deve ocorrer fora da comunidade acadêmica. *“Por seu caráter difuso e variado considero então a noção de meio ambiente uma representação social”* (Reigota, 2001: 14).

O autor acredita que as representações sociais mostram os conceitos científicos da maneira como foram aprendidos e internalizados pelos indivíduos. Isso demonstra a co-existência de uma diversidade de representações acerca do meio ambiente, sobre o qual percebe-se uma multiplicidade de significados, de acordo com o meio social em que as representações são apreendidas e analisadas. Isso se dá pelo fato dos indivíduos compreenderem o conceito de “meio ambiente” a partir de uma perspectiva subjetiva.

Reigota (2001) ao expressar sua própria definição de meio ambiente enfatiza que o meio ambiente é delimitado em função das representações sociais, conhecimentos e experiências cotidianas das pessoas em um espaço e tempo definidos.

A partir da afirmação de meio ambiente como uma representação social, são encontradas na literatura considerações a respeito dos diferentes tipos de representações de meio ambiente, como é brevemente visto a seguir.

4) A dicotomia ser humano/natureza: considerações sobre o predomínio de representações sociais naturalistas no Brasil

Entende-se que os tipos de representações sobre meio ambiente estão associados às diferentes visões de mundo, de acordo com os sistemas de crenças e valores construídos socialmente. Neste sentido, podem ser citadas as representações *naturalista* e *globalizante*. A primeira refere-se a uma visão de mundo fragmentada, onde meio ambiente é sinônimo de natureza, sem a inclusão dos seres humanos, enquanto que a representação *globalizante* está ligada a uma visão de mundo integrada, em que o ser humano é entendido como parte do seu meio ambiente (Moraes et al, 2000).

Arruda (1998), fazendo referência a Rouquette (1994), mostra que as representações sociais possuem uma historicidade interna e procedem da história das sociedades, tendo a mudança como parte da sua essência. Porém, especialmente no Brasil, nota-se o predomínio da representação social naturalista de meio ambiente, devido à influência do tipo de colonização e posterior formação histórica do país.

“Durante a colonização, a representação da natureza ofuscou a presença humana; ao surgir o Brasil-nação, ela contaminou tudo e todos com o exotismo, embaçando a vista de si própria. Os recortes que desenham a exaltação ou a dissecação do meio natural, fazem o biombo que encobriu as lacunas da cidadania, da unidade nacional e o próprio descaso pelo meio natural (...). A natureza atemporalizou-se, isolando-se da sua própria história (...). Essas representações omitiram a relação da sociedade com a natureza enquanto uma relação social, terminando por encobrir tanto uma quanto a outra” (Arruda 1998: 39).

A natureza sempre foi vista no país como uma fonte de bens inesgotáveis, o que gerou notáveis abusos. O resultado dessa trajetória histórica é que atualmente, em termos de representação social dominante, meio ambiente é sinônimo, ou quase, de natureza (Brügger, 1999); o homem é representado como depredador por excelência, os elementos mais citados são os abióticos (água, ar, solo) e os bióticos, denominados genericamente como seres vivos (Reigota, 2001).

Além disso, “meio ambiente” é geralmente confundido com ecologia natural e, nesse caso, é reduzido ao estudo dos ecossistemas. A palavra ecologia, que significa o estudo da casa (oikos + logos), encontra-se bastante desgastada e indevidamente usada; substitui-se “natureza” ou “ciclos naturais” pela palavra ecologia (Brügger, 1999).

5) O reducionismo tecnicista: um reflexo do predomínio da representação naturalista-antropocêntrica

Considerando o domínio da representação naturalista, onde a natureza é vista como separada da vida social, bem como da ética antropocêntrica, em que o ser humano está no centro do universo, chamou-se, para fins deste trabalho, a representação social dominante de naturalista-antropocêntrica.

Assim, como resultado da dicotomia entre ser humano e natureza, sob uma perspectiva antropocêntrica, observa-se que a atitude de domínio em relação às plantas e os animais que leva o homem a apartar-se da natureza, forma uma representação em que a natureza é objeto de trabalho ou mero fator de produção (Cunha, 2000).

Vale lembrar que a questão ambiental possui um componente natural/técnico, porém não se limita a ele, uma vez que sua essência diz respeito ao modo como a sociedade se relaciona com a natureza, incluindo também as relações dos homens entre si (Brügger, 1999). Porém, as estruturas conceituais advindas do cartesianismo reforçaram um “eu” quase sempre percebido como um usuário de tecnologias, sendo os “recursos naturais” vistos como simples materiais capazes de dar sustentação à tecnologia: *“precisamos ter cuidado para não exaurir ‘nossos recursos’, pois a produção pode ser afetada.”* (Grün, 1996:47).

Neste sentido, é comum a aplicação de soluções eficazes, como a proteção, a administração de recursos naturais e o treinamento de *recursos humanos*, o saneamento, a manutenção de um nível ótimo de produtividade etc. O meio ambiente é visto como algo concreto, tangível; os problemas ambientais então podem ser solucionados desde que se adotem as medidas corretas. A partir daí, percebe-se que a questão ambiental tem sido “confundida” com poluição e outros problemas de ordem técnica ou natural (Brügger, 1999).

A redução do problema ambiental a um problema de ordem técnica, desconsidera a complexa multidimensionalidade da temática ambiental, pois

“tratar de um problema resultante de fatores econômicos, políticos, culturais, sociais e ecológicos como um problema estritamente técnico é no mínimo limitante(...) não se pode negar que a questão ambiental tem, entre outras, uma dimensão técnica, mas, está é precedida e, condicionada por razões políticas e sociais e não o contrário, como pretende a redução tecnicista.” (Lima, 1999: 144)

Tendo tais considerações como pano de fundo, observa-se que a partir dos anos 90, novas tecnologias foram introduzidas no mercado no sentido de minimizar os impactos ambientais de modo geral. Particularmente as organizações privadas vêm beneficiando-se desta situação ao introduzirem em seus processos produtivos as ditas tecnologias limpas. Para uma melhor compreensão neste sentido, a questão ambiental em organizações privadas é mostrada a seguir.

6) A questão ambiental nas organizações privadas brasileiras: uma análise dos reducionismos existentes

Até o ano de 1970, o Brasil realizou-se no mito desenvolvimentista, tratando a questão ambiental como a antítese do desenvolvimento nacional. Acreditava-se que, pelo fato do país ter um papel secundário ou dependente na economia capitalista global, *“institucionalizar ou dar respostas oficiais a demandas pela melhoria da qualidade ambiental significava, antes de mais nada, abdicar do poder de barganha na ordem econômica internacional”* (Ferreira & Ferreira, 1992:15).

Porém, diante da série de acontecimentos mundiais que colocaram em questionamento o desenvolvimento convencional com base na industrialização, novas posturas foram tomadas pelos diversos atores sociais, com destaque às organizações privadas. Estas últimas vêm apresentando diversas posturas frente à questão ambiental, o que está descrito a seguir.

6.1) De 1970 a 1990: Reduccionismo técnico e as tecnologias de “fim de tubo”

Sabe-se que em meados de 1970, as grandes corporações mundiais transferiam as unidades de produção que geravam impactos ambientais negativos para países menos desenvolvidos. Estes, por sua vez, ofereciam incentivos para a implantação de indústrias poluentes.

Particularmente no Brasil, conforme a cultura industrial predominante, a poluição das indústrias era sinônimo de progresso (Naves, 2000; Maimon, 1996; Layrargues, 1998). Tal crença é um reflexo das características do projeto desenvolvimentista, baseado no industrialismo, prevalecendo a vinculação imaginária da incompatibilidade entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico. A preocupação com a questão ambiental era vista pelos militares e tecnocratas como um luxo de países ricos, além de um atentado à segurança nacional (Reigota, 2001). No âmbito organizacional, meio ambiente foi associado a custos econômicos adicionais na produção, podendo significar a restrição da competitividade das empresas brasileiras no mercado local e internacional (Layrargues, 1998).

Já em 1981, um fato relevante foi a promulgação da Lei n. 6.938 que veio introduzir o conceito de defesa ambiental, bem como a importância de se gerenciarem os recursos naturais do ambiente, compatibilizando o desenvolvimento socioeconômico e a preservação racional da natureza. Além disso, a Nova Constituição Brasileira de 1988 trouxe a consolidação de que a questão ambiental deve ser analisada considerando-se, simultaneamente, os aspectos sociais,

econômicos e institucionais no país (Viana & Veronese, 1992).

Vale dizer que esse momento foi marcado por um enfoque corretivo dado ao controle da poluição industrial, em que as empresas, quando pressionadas por órgãos governamentais ou movimentos ambientalistas, incorporavam equipamentos antipoluentes aos processos produtivos sem, contudo, alterá-los, o que Maimon (1996) chama de tecnologias de “fim-do-tubo”. Ainda que as novas leis e resoluções de órgãos governamentais pretendessem reflexos diretos às políticas industriais, a cultura empresarial corrente era contrária à penalização dos setores industriais (Naves, 2000).

6.2) Os anos 90: reducionismo mercadológico, vantagem competitiva e tecnologias limpas

Um segundo momento pode ser caracterizado em meados de 1990, período este em que houve grandes mudanças nos conceitos de gestão empresarial.

Como se viu, o Brasil buscou uma autonomia tecnológica no cenário mundial a qualquer custo, implementando um ciclo de crescimento econômico com base no endividamento externo. No entanto, os choques mundiais do petróleo nos anos de 1970 e a elevação das taxas de juros no mercado internacional geraram um rompimento do ciclo de crescimento econômico. Instauraram-se a crise da dívida externa e o estancamento do padrão tecnológico a um rápido nível de obsolescência, em meio à alta competitividade do cenário internacional (Layrargues, 1998).

Neste contexto, o Estado brasileiro, endividado e vendo-se incapaz de responder às exigências do mercado competitivo globalmente, retirou-se do controle econômico do processo produtivo. Assim, passaram a predominar as premissas neoliberais, estimulando a competitividade nas sociedades industriais de consumo, bem como a livre-iniciativa empresarial (Layrargues, 1998).

As organizações privadas têm seu destaque, à medida que

“vinculadas ao conceito de ‘desenvolvimento sustentável’ e à idéia de um mercado verde, as empresas dos anos 90 começam rapidamente a recuperar o tempo perdido, abandonando de forma gradual as atitudes negativas em relação às questões ambientais” (Leis & D’Amato, 1998: 81).

Especialmente após a Rio 92, não houve mais espaço para a fase romântica do movimento ambientalista, puramente preservacionista, e nem para o processo reativo adotado pelo setor empresarial em relação às questões ambientais (Layrargues, 1998). Nesse momento, proteger o meio ambiente deixou de ser uma resposta às multas e sanções, inscrevendo-se em um cenário de competitividade e oportunidade. A modificação do conceito de qualidade de vida e do produto, que agora deve ser ecologicamente viável, tem influenciado as novas preferências dos consumidores por “produtos verdes” (Maimon, 1996).

Dentre os tipos de alternativas para um processo de gestão ambiental, um dos mais difundidos, desde sua publicação, é o que tem como fundamento principal a certificação ISO 14000. Conforme a norma ISO 14001, que trata especificamente dos sistemas de gestão ambiental (SGAs). Estes sistemas têm como objetivo central auxiliar as empresas a cumprirem suas obrigações assumidas com o meio ambiente, por meio da exigência da execução integral da legislação local, estabelecendo padrões de desempenho para cada empresa individualmente, de acordo com sua política ambiental. A gestão ambiental deve cobrir desde a fase de concepção do projeto até a eliminação efetiva dos resíduos gerados pelo empreendimento ao longo de toda a sua vida útil (Valle, 1995).

Contudo, mesmo sendo uma norma voluntária, a adoção da ISO 14000 pelas empresas tem sido encarada cada vez mais como uma imposição do mercado. Este certificado é visto

até mesmo como um meio de sobrevivência nas transações comerciais, especialmente no mercado externo, bem como um excelente instrumento de promoção da imagem institucional.

Tais afirmações dão base para perceber que sérios reducionismos ocorrem quando se considera a questão ambiental em uma organização privada, cujo objetivo maior é a obtenção de lucros.

6.3) A questão ambiental nas organizações privadas: uma síntese dos reducionismos

Até meados de 1980, o reducionismo estava em limitar as soluções dos problemas ambientais à preservação da natureza, sendo percebidos apenas aspectos físicos e naturais do meio ambiente, como a fauna e a flora. Os administradores, neste contexto, precisavam apenas disponibilizar parte da receita para investir em equipamentos que controlassem os resíduos, no fim do processo produtivo. Não se via a necessidade de um maior conhecimento sobre a questão, já que a solução poderia muito bem ficar sob responsabilidade dos técnicos que, em sua maioria, eram engenheiros químicos e civis, sanitaristas, entre outros (Maimon, 1996; Layrargues, 1998).

Posteriormente, os discursos predominantes, tanto em palestras de consultores, em revistas especializadas, bem como no meio acadêmico, passaram a ter como conteúdo central a discussão sobre os ganhos econômicos advindos da implantação de Sistemas de Gestão Ambiental. Além disso, são discutidas as formas mais eficientes de adequar os quesitos exigidos pelas certificadoras às diferentes realidades organizacionais, a fim de obter-se uma certificação “verde” em curto prazo (Maimon, 1996; Layrargues, 1998).

Lima (1998), quando mostra as conseqüências negativas da difusão de temas relacionados à questão ambiental, cita o favorecimento de modismos, bem como a abordagem superficial e acrítica de problemas que exigem reflexão profunda e análise pluridimensional. Além disso, percebe-se a banalização, a mercantilização excessiva da temática e a despolitização do problema, implicando em uma leitura alienada da crise ambiental.

Particularmente, no âmbito empresarial, parece haver uma tendência instrumental das práticas, sendo empregados princípios apenas utilitários e funcionais em relação ao meio ambiente. Tal fato condiciona a questão ambiental, até certo ponto, como mais um discurso a ser “comprado” pela organização. Palavras como degradação, ciclo de vida do produto, índices aceitáveis de poluição e resíduos aparecem nos discursos organizacionais, porém, sem que haja uma real incorporação das concepções que tais termos trazem do discurso ambientalista, que é o questionamento do próprio modo de produção (Carrieri, 2000).

Tais afirmações dão base para perceber que sérios reducionismos ocorrem quando se considera a questão ambiental em uma organização privada, cujo objetivo maior é a obtenção de lucros. Destaca-se o que se chamou neste trabalho de reducionismo mercadológico na relação entre empresas, sociedade e meio ambiente, em que a gestão ambiental passa a ser relacionada com melhoria técnica visando o controle de poluição e resíduos; o trabalho de sensibilização entre os empregados atende a princípios de caráter econômico, baseados na eficiência empresarial, tornando-se um mero treinamento para o uso de equipamentos que reduzam desperdícios.

Isto pode ser explicado pelo predomínio da representação naturalista na sociedade ao longo dos séculos, o que gera uma determinada formação “adestradora”, pelo fato de não ultrapassar a perspectiva técnico-natural. Educação ambiental em nível de fábrica passa a ser “*um tipo de instrução onde as pessoas são levadas a executar determinadas funções e tarefas, identificadas com um determinado padrão utilitarista-unidimensional de pensamento-ação*” (Brügger, 1999: 80).

Neste contexto, as elites sócio-econômicas são bem treinadas para fornecer soluções técnicas “eficientes” para graves problemas, que são muitas vezes políticos e sociais. “*Vão*

aprender desde cedo a confundir meio ambiente com natureza; problemas ambientais com poluição; e desenvolvimento sustentável com preservação de potenciais produtivos dos ecossistemas.” (Brügger, 1999: 90). Sob esta visão, as perdas na biodiversidade significam grandes prejuízos econômicos.

7) Empresa ambientalmente correta: o desafio da real conscientização

Entende-se que para extrapolar o predomínio de representações sociais naturalistas, buscando construir representações sociais globalizantes, o ser humano deve ser considerado em sua dimensão histórico-social, especialmente nos processos de sensibilização ambiental. Embora a dimensão técnico-natural seja legítima, ela não pode ser tomada como a questão ambiental no seu todo, ou tampouco favorecida em detrimento de outras (Brügger, 1999).

Assim, um processo de implantação e manutenção de gestão ambiental, para gerar resultados que vão além da simples implantação de filtros de ar e sistemas de tratamento de dejetos industriais, deve oferecer a todos os envolvidos com a organização noções que os levem a entender, por exemplo, a função biológica e social da água, bem como seu significado cultural (Gomes, 2000).

Destaca-se a preocupação com a conscientização e com a transformação de representações sociais da questão ambiental, não só nas organizações e na população por elas diretamente afetadas, mas também na sociedade de um modo geral. O fazer por fazer não tem sustentação, sendo preciso trabalhar os significados das pessoas, dando-lhes motivos e oferecendo-lhes condições, para que se conscientizem acerca de seu papel diante do contexto ambiental em que estão inseridos (Mata et al., 1998).

Diz-se que a educação, especialmente aquela que trata de temas ambientais, ocorre não só nas escolas, mas também no cotidiano das pessoas, na família, no ambiente de trabalho, nas políticas propostas e nos meios de comunicação. No entanto, percebe-se que, particularmente no Brasil, a deterioração ambiental é resultado não só da precariedade dos serviços e da omissão do poder público em relação às condições de vida da população, mas também é *“o reflexo do descaso e omissão dos próprios moradores de bairros mais carentes de infraestrutura, no tocante ao despejo de resíduos sólidos em locais públicos, o que desrespeita o coletivo local”* (Jacobi, 2000: 48). Há uma dependência da sociedade em relação ao poder público como agente de resolução dos problemas.

O ideal seria a existência de cidadãos bem informados, que tivessem maiores condições para pressionar autoridades e poluidores, bem como para assumir ações de corresponsabilização e participação comunitária. Herculano (2000) segue esta discussão afirmando que nós, brasileiros, aprendemos a defender a nossa parte, ficando o espaço público visto como *“terra de ninguém, que se arrasa, se suja e se destrói, ou então se privatiza, para só então merecer nossos cuidados”* (Herculano 2000: 105).

Os processos de sensibilização/educação ambiental, especialmente no Brasil, deveriam contribuir assim para a superação das condições de pobreza e miséria, as quais dificultam o crescimento interior de todo ser humano. O esperado é que os debates sejam comprometidos com o *“(…) incremento de valores e comportamentos que ajudarão no compromisso de cada um com a melhoria das condições ambientais e de vida para todos”* (Sorrentino, 1999: 5).

Coimbra (1985) complementa esta citação quando inclui nos temas ambientais os esgotos domésticos e os efluentes industriais, o lixo público e das residências, as migrações, a situação sanitária das periferias e das comunidades relegadas ao esquecimento e, em particular, o comportamento de cada pessoa com relação ao interruptor de luz e à tomada, além de outros vários aspectos incluídos no ambiente doméstico.

Mata et al. (1998) destacam que os responsáveis pela difusão da questão ambiental devem contribuir para a formação de uma consciência sobre a importância do meio ambiente nas atividades de desenvolvimento econômico, social e cultural.

8) Aspectos metodológicos da pesquisa

A partir de uma pesquisa qualitativa, fez-se um estudo multicaso (Yin, 2001) em dois laticínios localizados no sul de Minas Gerais. O primeiro é de porte médio, porém, atua em um mercado seletivo e empreende um conjunto de ações concretas (estação de tratamento de efluentes, parceria com uma fundação ambientalista para coleta e comercialização dos resíduos sólidos, doação de subprodutos como o soro de leite para alimentação animal etc.) no sentido de incorporar a questão ambiental ao seu sistema de gestão, inclusive usando tais ações para promover o marketing institucional. O segundo é de porte menor, com produtos tradicionais e adota poucas ações que visam incorporar a questão ambiental ao seu sistema de gestão.

Escolheu-se o setor de laticínios, devido à crescente rigidez da legislação que exige a instalação de estações de tratamento dos efluentes líquidos e a adequada destinação do soro lácteo, resultante do processo de fabricação do queijo, que não seja os cursos d'água. Estas e outras exigências forçam a incorporação da questão ambiental na realidade organizacional.

Na coleta de dados, foram feitas entrevistas semi-estruturadas (Spink, 1995), que serviram para questionar a maneira como os sujeitos interpretam certos aspectos do mundo (Trivinos, 1995). Usou-se o gravador e as falas foram posteriormente transcritas e analisadas.

Ao se fazer a pergunta referente ao significado dado a “meio ambiente”, foram apresentados aos entrevistados cinco cartões com figuras para que selecionassem os mais adequados conforme sua representação de meio ambiente (Crespo & Novaes, 2002: 33). O cartão 1 continha figuras de cachoeiras, animais silvestres, aves, flores, matas, simbolizando essencialmente uma representação naturalista. O cartão 2 continha fotos de índios, agricultores, enfim de povos ligados à terra e à natureza. O cartão 3 apresentava fotos de estradas e prédios rodeados por áreas verdes, tratores em lavouras, expressando a relação entre natureza e progresso, sem, contudo, haver a presença do ser humano. Já o cartão 4, com figuras de pessoas na praia, em lugares arborizados, bem como em montanhas, simbolizava o ser humano como parte do meio ambiente, expressando uma representação globalizante (Reigota, 2001; Moares et al., 2000). O cartão 5, por sua vez, era composto por figuras demonstrando a degradação ambiental, com fotos de indústrias poluindo o ar, queimadas em florestas, lixo espalhados e favelas, demonstrando uma representação pessimista de meio ambiente, a partir dos efeitos negativos da relação ser humano–natureza–sociedade.

A amostra foi intencional: 2 dentre os 3 gestores e 13 dos 85 funcionários foram abordados em entrevistas no laticínio A e um censo no B (2 gestores e 3 funcionários). Além disso, fez-se uso da observação não participante (Trivinos, 1995).

Considerando que as representações sociais expressam-se na comunicação e na conduta, referencialmente na linguagem falada, a análise do discurso mostrou-se adequada na interpretação dos dados (Spink, 1995; Orlandi, 1996). Após a transcrição da entrevista, a leitura flutuante do material, com a atenção voltada às versões contraditórias, aos silêncios, hesitações e à organização do discurso, definiu-se os temas emergentes dos discursos, que deram origem aos grupos de representações sociais, cujas denominações tiveram por base o referencial teórico estudado. Tais representações referem-se aos conhecimentos sobre a questão ambiental em nível global, setorial e cotidiano, construídos a partir da interpretação das informações veiculadas na vida social (Reigota, 2001).

**9) Representações sociais da questão ambiental em nível global, setorial e cotidiano:
uma análise sintética dos resultados**

Quadro 1 - Resumo das representações sociais dos gestores e funcionários dos laticínios A e B.

	Global	Características
Laticínio A		
Gestores	<i>Representação globalizante ecodesenvolvimentista</i>	A crise ambiental é representada como parte de uma crise mundial, o que reflete a representação globalizante. Acredita-se que o desenvolvimento no Brasil deve passar pela geração de empregos por meio do fortalecimento das agroindústrias.
Funcionários (fábrica com ETE)	<i>Representação antropocêntrica</i>	Defende-se que a natureza e o desenvolvimento devem buscar o bem estar do ser humano. O Ecocapitalismo é representado como a melhor opção de desenvolvimento, em que as leis do mercado guiam a questão ambiental.
	<i>Representação arcaísta naturalista</i>	O meio ambiente é visto como sinônimo de natureza e o ser humano é o vilão e culpado pela crise ambiental. Acredita-se que é impossível conciliar progresso e conservação ambiental e a educação ambiental se dá somente por meio de imposições legais, já que o ser humano é degradador por natureza e só muda seus hábitos e valores se for obrigado.
	<i>Representação globalizante</i>	O ser humano é representado como parte do meio ambiente. Acredita-se ser possível conciliar industrialização, desenvolvimento e conservação ambiental. Em termos de educação ambiental, esta representação reflete a defesa pelo diálogo.
Funcionários (fábrica sem ETE)	<i>Representação externa legalista</i>	A representação reflete a noção de que o governo é o responsável por solucionar a crise ambiental, o que remete uma mera aceitação frente as suas normas. Além disso, a noção é que a indústria e as pessoas que moram na zona urbana são os grandes degradadores ambientais.
Laticínio B		
Gestores	<i>Representação catastrófica otimista</i>	A representação reflete a crença em que o mundo passa por uma catástrofe ambiental; as chuvas intensas, bem como a mudança climática são fruto do uso excessivo de tecnologia. Acredita-se ser possível conciliar ser humano, indústria e conservação ambiental, especialmente por meio de processos de educação/sensibilização ambiental.
Funcionários	<i>Representação arcaísta legalista</i>	O meio ambiente é representado como sinônimo de natureza. Acredita-se que o ser humano é degradador e precisa de regras e leis para cuidar do meio ambiente.
	<i>Representação antropocêntrica forçada</i>	Esta representação reflete a noção de que o ser humano é o único perdedor com a degradação ambiental. No entanto, fica clara uma certa insatisfação ao defender esta posição, como se não houvesse outras alternativas, mas simplesmente incorporaram esta visão de mundo.

“...continua...”

“Quadro 1, Cont.”

	Setorial	Características
Laticínio A		
Gestores	<i>Representação mercadológica tecnicista</i>	A questão ambiental na indústria é representada como ação estratégica e vantagem competitiva. Acredita-se que a legislação desigual e os altos impostos impedem ações de responsabilidade social que extrapolem a geração de empregos. A educação ambiental é representada como treinamento, mas há o discurso a respeito da crença no poder de disseminação de informações na formação de cidadãos.
Funcionários (fábrica com ETE)	<i>Representação legalista</i>	Acredita-se que a legislação é fundamental, pois deve haver muita higiene na indústria alimentícia. A indústria laticinista é representada como sendo uma grande poluidora, especialmente devido ao alto teor de poluição do soro lácteo ao ser depositado nos cursos d'água. A ETE é representada como reflexo do simples cumprimento da legislação sem provocar mudança de comportamentos e a educação ambiental vem como simples cumprimento de normas e metas.
	<i>Representação preventiva</i>	Acredita-se que há solução para todos os problemas ambientais da indústria, particularmente a partir de uma organização interna, onde cada um faz sua parte na fábrica. A educação ambiental no ambiente de trabalho é representada como um conjunto de ações entre funcionários e gestores, sendo defendida a importância de reuniões entre todos os membros para a real mudança de hábitos. O soro lácteo é representado como fonte de responsabilidade social e oportunidade de mercado.
Funcionários (fábrica sem ETE)	<i>Representação legalista adestradora</i>	O soro lácteo é representado como o grande contaminador da indústria. A ETE é representada como uma amolação; defende-se uma educação ambiental informal, porém adestradora, onde são esperados ensinamentos, a partir de “informações corretas”.
Laticínio B		
Gestores	<i>Representação tecnicista paternalista</i>	A legislação é representada com um grande descrédito, devido à rapidez das mudanças exigidas pelos fiscais na indústria. Acredita-se que a partir do momento que o laticínio doa o soro, não há mais problemas ambientais no local. As ETEs são representadas como necessárias, já que influem na higiene da indústria e conseqüentemente na saúde das pessoas. Além disso, afirma-se que a responsabilidade da empresa é apenas cuidar dos funcionários.
Funcionários	<i>Representação legalista insatisfeita</i>	Defende-se que as multas são necessárias para que as indústrias não se tornem uma bagunça, no entanto apesar dos fiscais serem bons difusores de informações de caráter ambiental, a fiscalização é representada como injusta para com as pequenas empresas. O soro lácteo é representado como o grande problema ambiental da indústria, pois mesmo sendo doado aos porcos, acredita-se que esta não é a melhor alternativa.

“...continua...”

“Quadro 1, Cont.”

	Cotidiano	Características
Laticínio A		
Gestores	<i>Representação globalizante</i>	A natureza e ser humano são representados como objetos diretamente ligados entre si. Assim as ações cotidianas das pessoas influenciam no ambiente natural e social em que elas estão inseridas.
Funcionários (fábrica com ETE)	<i>Representação externa governamental</i>	Acredita-se que os problemas ambientais só existem em locais onde há indústrias e rodovias. As outras pessoas sem consciência são as responsáveis pela degradação ambiental. São necessárias ações governamentais para que as pessoas se conscientizem a respeito de hábitos cotidianos “ambientalmente corretos”, como a separação de lixo, a redução do consumo de água e energia.
Funcionários (fábrica sem ETE)	<i>Representação externa tecnicista</i>	A questão ambiental na realidade cotidiana é representada apenas em seu caráter técnico e econômico.
Laticínio B		
Gestores	<i>Representação globalizante</i>	Esta representação reflete uma revolta contra o naturalismo excessivo, demonstrando que as questões ambientais devem incluir também os seres humanos e os problemas sócio-econômicos. Acredita-se que o ser humano é capaz de mudar seus hábitos a partir de processos de sensibilização.
Funcionários	<i>Representação dualista tendendo à globalizante</i>	A questão ambiental no cotidiano é representada a partir da dualidade entre ser humano e natureza, no entanto há uma tendência à representação globalizante, em que as ações humanas são vistas como tendo efeitos no ambiente total;

Fonte: dados da pesquisa, julho 2002.

Analisando o quadro, percebe-se que no âmbito global, os gestores dos dois laticínios têm representações semelhantes. Eles apresentaram representações sociais globalizantes, acreditando na possibilidade de conciliar meio ambiente e indústria. Porém, foi destacada a necessidade de fortalecimento interno do Brasil, sem o uso excessivo de tecnologias. Pode-se inferir que tal semelhança se dá pelo fato dos gestores estarem no mesmo ramo de atividade, o qual por sua vez, classifica-se como um setor agroindustrial. Daí, a defesa, pela agroindústria e do desenvolvimento do país sem a necessidade de uma alta utilização de tecnologias.

No âmbito setorial são nítidos os reducionismos presentes nas representações sociais encontradas entre os gestores. No laticínio A aparece o reducionismo mercadológico, tendo como base os escritos de Layrargues (1998; 2000), Maimon (1996), entre outros, em que a questão ambiental é uma fonte de vantagem competitiva. A educação ambiental aqui é um treinamento para uso de tecnologias limpas. Ainda que haja o discurso de que o relacionamento entre gestores e funcionários é “aberto”, como o funcionário “Cheddar” apontou na entrevista, nota-se uma ênfase no caráter técnico da questão ambiental (Brügger, 1999) no ambiente fabril, em especial após a construção da ETE.

Já no laticínio B, o reducionismo presente entre os gestores é aquele chamado de técnico no referencial teórico, fazendo referência ao que predominou nos anos de 1970 e 80, entre as empresas privadas (Layrargues, 1998; Maimon, 1996; Naves, 2000). Acredita-se somente nos problemas ambientais do final do processo, sendo o soro visto como um incômodo e por isso é doado aos produtores de porcos, com grande satisfação. Em relação à educação ambiental, observou-se uma formação mais global, em relação àquela dada no laticínio A, até pelo fato de ser um número muito menor de funcionários e o processo ser mais informal. Porém, mesmo influenciando na formação global do ser humano, o relacionamento entre gestores e funcionários é excessivamente paternalista, gerando uma certa dependência destes com relação àqueles.

No âmbito do cotidiano, volta-se a perceber uma semelhança entre as representações sociais dos gestores dos dois laticínios, já que vêem suas ações interferindo diretamente nos recursos naturais, cujos efeitos refletem na qualidade de vida dos humanos; de novo está presente a representação globalizante (Reigota, 2001; Moraes et al., 2000).

Pode-se afirmar, então, que a diferença notável entre as representações sociais encontradas entre os gestores dos laticínios está no âmbito setorial. Tal fato deve-se à posição que as duas empresas ocupam no mercado. A grande pressão que o laticínio A sofre em relação à questão ambiental vem do mercado, Isto leva os gestores a representarem esta questão como uma oportunidade de mercado e conduzi-la a tornar-se constantemente uma fonte de vantagem competitiva, usando qualquer ação ambientalmente correta como marketing institucional. Arelada a esta visão, vem a educação ambiental como treinamento para reduzir desperdícios e, conseqüentemente, custos. O laticínio B, por sua vez, tem como maior fonte de pressões a fiscalização, que exige a adequação da indústria às exigências legais. Porém, como a noção difundida pelos fiscais é de “fim de tudo”, ou seja, uma educação ambiental tecnicista e adestradora (Brügger, 1999), gerando a incorporação da questão ambiental em caráter técnico.

No entanto, um destaque é dado ao repasse interno de informações no laticínio B. Isto porque, devido à informalidade presente no relacionamento entre gestores e funcionários (todos serem parte de uma família, como uma das gestoras disse na entrevista), a formação não se reduz somente ao não desperdício de matérias-primas ao longo do processo, por exemplo, sob um ponto de vista estritamente econômico. Ao contrário, ela é feita de forma ampla, sendo mostrados os motivos e dadas as condições para que as pessoas se conscientizem do seu papel no ambiental sócio-natural (Mata et al., 1998).

Quanto aos funcionários, houve algumas diferenças entre as representações sociais nos âmbitos global, setorial e cotidiano. Globalmente, foram encontradas entre os funcionários da

fábrica com ETE do laticínio A, três representações e, com base no referencial teórico, elas foram denominadas de antropocêntrica, arcaísta e globalizante. Já na fábrica sem ETE deste laticínio predominou a representação legalista, particularmente pela grande influência dos fiscais exigindo mudanças no processo produtivo.

No laticínio B, foram encontradas duas representações que em um primeiro momento poderiam ser consideradas extremistas, pois uma é arcaísta e a outra antropocêntrica. Porém, ao contrário do que se encontrou no laticínio A, aqui há algumas características que as diferenciam entre si. Na arcaísta legalista, em comparação com a arcaísta do laticínio A, há a ênfase maior na representação de que o ser humano precisa de leis e regras para ser controlado. Em comparação com a representação externa legalista da fábrica sem ETE do laticínio A, percebe-se a grande revolta presente entre os funcionários do laticínio A, enquanto que na do laticínio B, mesmo acreditando-se que o ser humano é um grande depredador e precisa de regras para melhorar seus hábitos, isto é aceitável e não um motivo de revolta e desmotivação para cumprir tais normas, como aparece no laticínio A - fábrica sem ETE.

Já a representação antropocêntrica forçada presente entre os funcionários do laticínio B, em comparação com a antropocêntrica do laticínio A, mostra o ser humano como o único prejudicado com a crise ambiental. A diferença entre as duas é o enfoque mercadológico observado no laticínio A. No laticínio B, é notável que esta representação está presente nos discursos com uma certa insatisfação, entendendo-se que os funcionários incorporaram esta representação, porém não estão plenamente satisfeitos com ela.

Em um primeiro momento, poderia ser inferido que os funcionários da fábrica sem ETE do laticínio A e os do laticínio B teriam representações sociais semelhantes, especialmente pelo fato de suas informações sobre a questão ambiental terem como fonte principal os fiscais. No entanto, no laticínio B as reuniões com as gestoras levam tais funcionários a sentirem-se co-responsáveis pela questão ambiental em seu todo. Isto é exatamente o contrário daqueles da fábrica sem ETE do A, que além de representarem os problemas ambientais como externos à sua realidade e acharem as normas legais uma “amolação”, sentem-se desmotivadas ao verem as pessoas vindas da cidade (os “civilizados”) dando mau exemplo de cuidado com o ambiente.

No que se refere às representações sociais no âmbito setorial, na fábrica com ETE do laticínio A, encontram-se as representações legalista e preventiva. A primeira é semelhante à legalista adestradora presente na fábrica sem ETE deste laticínio, bem como entre os funcionários no laticínio B. Ambas são caracterizadas pela importância dada à legislação na regulação das atividades industriais e por um enfoque no caráter técnico da questão ambiental, reflexo da educação ambiental tecnicista recebida. O grande destaque é dado na fábrica sem ETE do laticínio A e no laticínio B, com relação à insatisfação com a fiscalização. Esta é representada, no primeiro caso, como “uma amolação” e, no segundo, como injusta com as empresas de pequeno porte. Pode-se dizer, assim, que aquela representação presente entre os funcionários da fábrica sem ETE do laticínio A é a que expressa uma maior revolta com a legislação, sendo o cumprimento das normas um simples reflexo de aceitação e não de um convencimento efetivo. Já a representação legalista do laticínio A - fábrica com ETE, em comparação com o laticínio B mostra a legislação como uma boa fonte difusora de informações, ainda que os funcionários percebam falhas, particularmente as exigências que são consideradas desiguais entre as indústrias.

Em termos das ações do cotidiano dos sujeitos entrevistados, são claras algumas diferenças entre as três fábricas. Na fábrica com ETE do laticínio A os funcionários não conseguiram ver problemas ambientais em sua realidade. Além disso, sejam guiados pela representação legalista ou pela preventiva, os frutos dos processos de educação ambiental são refletidos somente no âmbito da fábrica. Percebeu-se uma íntima dependência de ações

governamentais no estabelecimento de normas e regras a serem obedecidas, sob a visão de que o “povo” não tem consciência. Na fábrica sem ETE deste laticínio, a questão ambiental no âmbito do cotidiano é vista sob um caráter técnico e econômico, refletindo também aqui a dependência de ações externas para mudanças de hábitos, principalmente originadas do governo.

Os funcionários do laticínio B, por sua vez, representam a questão ambiental em seu cotidiano de forma “quase” globalizante, pois, mesmo vendo que as ações humanas geram efeitos no ambiente e vice-versa, foram encontradas algumas dualidades em seus discursos, como a dificuldade de colocar o meio natural e o meio social como parte de uma mesma realidade.

10) Considerações Finais

A análise do laticínio A mostrou que as representações sociais dos gestores destacaram uma associação da gestão ambiental a uma ação estratégica da organização, voltada para conquistar um diferencial competitivo ou mesmo para acompanhar as estratégias gerenciais de outras organizações. Há uma preocupação com a redução de custos e a racionalização dos recursos no processo produtivo, sendo a gestão ambiental relacionada à melhoria técnica.

Mesmo havendo todo o discurso sobre os múltiplos aspectos da questão ambiental, com destaque à importância de se formar cidadãos conscientes na empresa, percebe-se que muito da formação dada restringe-se a aspectos técnicos. Alguns funcionários citaram a ocorrência de reuniões e uma grande liberdade no relacionamento entre gestores e funcionários. Porém, tais reuniões, em geral de caráter informal, tratam basicamente da redução do consumo de água, do monitoramento das ações dos funcionários da produção para que o soro não se misture aos resíduos industriais, entre outros. Assim, é natural que os funcionários diretamente ligados ao processo produtivo sejam os mais “conscientes”, pelo fato de serem mais exigidos e cobrados em relação aos outros, no que se refere a ações necessárias ao bom funcionamento da ETE.

A partir daí entende-se a presença do que se chamou de “representação externa” da questão ambiental no âmbito do cotidiano entre os funcionários. Ainda que os gestores guiem-se por uma representação globalizante de meio ambiente, isto não influencia efetivamente na formação das representações sociais dos funcionários. Estas, por sua vez, caracterizam-se por mudanças de atitudes somente como fruto de imposições legais, refletindo uma representação de meio ambiente externa à realidade individual.

Já no laticínio B, notou-se, no âmbito setorial, o predomínio do reducionismo técnico na formação das representações sociais, tanto dos gestores como dos funcionários. Isto vem principalmente como fruto da educação “adestradora” dada pelos fiscais e técnicos que visitam a fábrica, sendo a questão ambiental difundida como gestão eficiente de recursos naturais. Ficou claro que tanto as gestoras como os funcionários são insatisfeitos com a legislação.

De modo geral, observa-se que a presença de uma estação de tratamento de efluentes em uma fábrica não gera a total incorporação da questão ambiental no ambiente organizacional, tampouco nas concepções individuais dos membros da empresa. Tal presença, bem como a de fiscais exigindo mudanças, têm influenciado apenas na formação da representação social tecnicista de meio ambiente.

Necessita-se, então, de processos de sensibilização que, antes de tudo, busquem as representações dos membros da organização a respeito da questão ambiental, ou seja, o que eles já construíram em termos de conhecimento. As representações sociais apresentam-se como um retrato da situação atual, a partir do qual podem ser identificados fatores determinantes das atitudes dos indivíduos. Após este diagnóstico, os trabalhos devem pautar-

se no diálogo, buscando tratar a temática de meio ambiente sob seus múltiplos aspectos, levando-se em conta os conhecimentos das pessoas.

Os resultados do trabalho são interessantes no sentido de repensar os conteúdos e os pressupostos filosóficos que guiam os processos de educação organizacional, com o propósito de desenvolver a cidadania e a consciência ambiental dos membros das organizações. Sérios reducionismos foram encontrados entre os atores inseridos no meio industrial, especialmente os gestores, além de ser notável, de modo geral, a não incorporação das informações recebidas no âmbito global na realidade cotidiana das pessoas, em termos de construção de conhecimentos.

Faz-se essencial o aprofundamento de estudos sobre a incorporação da questão ambiental em toda a cadeia agroindustrial do leite, como por exemplo, entre os fornecedores e os consumidores finais, com o objetivo de detectar os conhecimentos construídos em torno deste tema. Várias pesquisas devem ser feitas, a fim de se obter o retrato da cadeia, sem limitar-se aos aspectos técnicos da questão ambiental.

11) Referências Bibliográficas

- ARRUDA, A. O ambiente natural e seus habitantes no imaginário brasileiro. In: ARRUDA, A (org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 17-46.
- BRÜGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** 2.ed. rev. e amp. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. 159p.
- CARRIERI, A. de P. O Meio Ambiente: discurso consistente ou retórica? In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração, 24., 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 2000. 1 CD-ROM.
- COIMBRA, J. de A.A. **O outro lado do meio ambiente**. São Paulo: Cetesb, 1985. 204p.
- CRESPO, S.; NOVAES, E. O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável, Revista Eco 21, Rio de Janeiro, n. 63, p.29-40, fev. 2002.
- CUNHA, L. H. de O. Desenvolvimento versus conservação da natureza: notas gerais sobre o tema. **Revista de Ciências Humanas**, Curitiba, n.9, p. 115-142, 2000.
- FERREIRA, L. da C.; FERREIRA, L. da C. Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o Estado e para a sociedade. In: HOGAN, D.J.; VIEIRA, P.F. (orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. p.13-35.
- GOMES, M.A.O., Filosofia e Ética Ambiental. In: GOMES, M.A.O.; BARBOSA, J. H.; PAULA, M. das G.; AMÂNCIO, R.; NAVES, F.L.; OLIVEIRA, M. S. de. **Introdução ao estudo de gestão e manejo ambiental**. Lavras: UFLA/ FAEPE, 2000. p.3-18.
- GRÜN, M. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. 5.ed. Campinas: Papirus, 1996. 120p.
- GUARESCHI, P. Representações sociais: alguns comentários oportunos. In: SCHULZE, C. M. N. (org.). **Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representação social**. Florianópolis: [s.n.], 1996. p.9-35.
- HERCULANO, S. C. A consciência da solidariedade. In: TAMAIO, I.; SINICO, S. **Educação Ambiental: seis anos de experiência**. São Paulo: WWF Brasil, 2000. p.103-109.
- JACOBI, P.R. Informação é fundamental para romper o círculo vicioso. In: TAMAIO, I.; SINICO, S. **Educação Ambiental: seis anos de experiência**. São Paulo: WWF Brasil, 2000. p.48-50.
- LAYRARGUES, P.P. **A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e ideologia da racionalidade econômica**. São Paulo: Annablume, 1998. 234p.
- LEIS, H. R. e D'AMATO, J.L. O Ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, C. (org.) **Desenvolvimento e**

natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 2.ed. São Paulo: Cortez; Recife-PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p.77-103.

LIMA, G. F. da. Questão ambiental e educação: contribuições para o debate. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, ano 2, n.5, p.135-153, 2º sem. 1999.

MAIMON, D. **Passaporte Verde:** gestão ambiental e competitividade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996. 111p.

MATA, S.F. da; GAVAZZA, S.; ALMEIDA, M. C. M. A.; OTTONI, A. B. **Educação Ambiental, desafio do século:** um apelo ético. Rio de Janeiro: Editora Terceiro Milênio, 1998. 358p.

MINAYO, M.C. de S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 89-111.

NAVES, F. L. Gestão Ambiental. In: GOMES, M.A.O.; BARBOSA, J. H.; PAULA, M. das G.; AMÂNCIO, R.; NAVES, F.L.; OLIVEIRA, M. S. de. **Introdução ao estudo de gestão e manejo ambiental**. Lavras: UFLA/ FAEPE, 2000. p. 115-161.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1996. 118p.

PIZZA JÚNIOR, W. Administração e meio ambiente. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p.12-24, out./dez. 1991.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001. 87p.

SORRENTINO, M. Todo processo educacional deve voltar-se para a realidade do público ao qual se destina. **Ação Ambiental**, Viçosa, ano 2, n.8, p.5-7, out./nov. 1999. Entrevista.

SPINK, M.J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais. In: GUARESCHI, P.A., JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p.117-145.

TRIVINOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995. 175p.

VALLE, C. E. do. **Qualidade ambiental:** como se preparar para as normas ISO 14000: o desafio de ser competitivo protegendo o meio ambiente. São Paulo: Pioneira, 1995. 137p.

VIANA, M.D.B.; VERONESE, G. Políticas Ambientais Empresariais. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 26, n.1, p.123-144, jan./mar. 1992.

WAGNER, W. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. In: GUARESCHI, P.A.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p.149-186.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.205p.